

Farias Brito e a defesa do ensino de filosofia no Brasil: uma crítica à reforma positivista do ensino

Farias Brito and the defense of philosophy education in Brazil:
a critique of the positivist education reform

Francisco José da Silva

<https://orcid.org/0000-0001-5342-2280> – E-mail: franz.silva@ufca.edu.br

RESUMO

Raimundo Farias Brito (1962-1917) teve como destino elevar a especulação filosófica no Brasil a um nível ainda não galgado: foi o primeiro filósofo brasileiro a travar diálogo com os modernos sistemas filosóficos europeus e ousar uma interpretação própria da realidade contra as opiniões já reconhecidas. O filósofo cearense dedicou sua vida ao ensino, em especial da Filosofia, tendo sido professor particular de diversas instituições de ensino secundário e superior. Em sua abordagem filosófica foi um crítico do Positivismo da primeira República, cujos defensores apesar de inspirados nas ideias do filósofo Augusto Comte (séc. XIX), agem contra o ensino de Filosofia, como foi o caso da Reforma Benjamin Constant (1890), que excluiu a disciplina do currículo ginasial, um descaso contra o pensamento filosófico e humanístico em favor do tecnicismo e do pragmatismo. Esse artigo parte de uma análise bibliográfica do contexto histórico e pretende destacar os fundamentos da Reforma positivista de Benjamin Constant e sua relação com outras reformas, enfatizando a posição tomada por Farias Brito, e servindo como contribuição para a reflexão sobre o lugar da Filosofia no currículo da Educação básica e seus desafios atuais com a retomada dos ideais do conservadorismo de extrema direita.

Palavras-chave: Farias Brito. Ensino de Filosofia. Filosofia Brasileira. Positivismo.

ABSTRACT

Raimundo Farias Brito (1862-1917) was destined to elevate philosophical speculation in Brazil to a level never before attained: he was the first Brazilian philosopher to engage in dialogue with modern European philosophical systems and dare to offer his own interpretation of reality, challenging established opinions. The philosopher from Ceará dedicated his life to teaching, especially philosophy, and served as a private tutor at several secondary and higher education institutions. His philosophical approach was critical of the Positivism of the First Republic, whose advocates, despite being inspired by the ideas of the philosopher Auguste Comte (19th century), acted against the teaching of philosophy, as was the case with the Benjamin Constant Reform (1890), which excluded the subject from the secondary school curriculum, a disregard for philosophical and humanistic thought in favor of technicality and pragmatism. This article is based on a bibliographical analysis of the historical context and aims to highlight the foundations of Benjamin Constant's positivist Reform and its relationship with other reforms, emphasizing the position taken by Farias Brito, and serving as a contribution to the reflection on the place of Philosophy in the basic education curriculum and its current challenges with the revival of the ideals of extreme right-wing conservatism.

Keywords: Farias Brito. Teaching of Philosophy. Brazilian Philosophy. Positivism.

Introdução

A filosofia deitou no Ceará raízes profundas, a *Terra do Sol* teve um filósofo que pode ser considerado o mais importante, primeiro e mais original dos filósofos brasileiros, Farias Brito. Raimundo de Farias Brito (1862-1917) nasceu em São Benedito, fez seus primeiros estudos em Sobral, mas com a seca teve de mudar-se com a família para Fortaleza, onde completou o curso secundário, além de dar aulas particulares; foi depois ao Recife onde fez o curso jurídico na famosa Escola do Recife, onde ensinava Tobias Barreto (1839-1889). Fez parte de algumas agremiações literárias importantes do final do século XIX no Ceará, como *O Clube Literário*, além de publicar diversos artigos e poemas em jornais cearenses como *A Quinzena*. Ao regressar ao Ceará atuou como promotor em Aquiraz e Viçosa.

Publicou o livro *A Finalidade do Mundo* (1895) em três volumes, o primeiro volume é "a filosofia como atividade permanente do espírito", o segundo "os dois grandes métodos da filosofia moderna" e o terceiro "teoria da finalidade". Depois foi ao Pará, atuando como advogado, promotor e professor da Faculdade de Direito de Belém. Em 1909 vai definitivamente para o Rio de Janeiro. Ali faz concurso para professor de Lógica, tirando o primeiro lugar, mas foi preterido em favor de Euclides da Cunha (1866-1909), autor de *Os Sertões*, tomando posse após a morte deste, na mesma cadeira no Colégio Pedro II. Farias Brito publicou ainda *A verdade como regras das ações* (1905), *A Base Física do Espírito* (1912) e *O Mundo Interior* (1914), além destas restam ainda um volume com seus *Inéditos e Dispersos*. Faleceu em 1917.

Farias Brito teve como destino elevar a especulação filosófica no Brasil a um nível ainda não galgado: foi o primeiro filósofo brasileiro a travar diálogo com os modernos sistemas filosóficos europeus e ousar uma interpretação própria da realidade contra as opiniões já reconhecidas. Criticado acidamente por uns e elogiado por outros, nosso filósofo fez com que a filosofia não se enclausurasse na academia e ao mesmo tempo não se limitasse apenas ao comentário

do que se escrevia na Europa, contribuindo, mesmo que modestamente, para um filosofar autêntico, o que não foi empreendido por nenhum de seus críticos.

A partir destes pressupostos pretendemos neste breve ensaio compreender algumas das facetas mais importantes da filosofia britânica e pôr em relevo sua concepção da Filosofia e sobre seu ensino no final do século XIX, após sua exclusão na Reforma de Benjamin Constant.

A República, o positivismo e o ensino de Filosofia

A Europa no final do século XIX vivia um clima de transformações decorrentes do avanço do capitalismo industrial, das revoluções burguesas, da independência das colônias, enquanto no Brasil as elites se dividiam entre a manutenção do Império e a instauração da República como sinal de “ordem e progresso”, ideal este valorizado pelos positivistas, que se tornou a escola de pensamento predominante no cenário filosófico nacional.

No início da República o Brasil era um país eminentemente rural (60% da população), recém-saído de um longo período de escravidão (mais de três séculos até a abolição em 1888) e o analfabetismo chegava a 75% da população. O analfabetismo era homogêneo do Norte ao Sul do país, excetuando-se a capital, o Rio de Janeiro, onde a taxa se aproximava dos 45%. O Brasil da Primeira República tinha uma população em crescimento que somava 17 milhões de habitantes em 1900. Fatores externos contribuíram para o crescimento acelerado da população brasileira até meados do século XX, tais como: o tráfico de escravos africanos até 1850, e a forte imigração entre 1870 e 1960.

O Brasil iniciava uma aceleração urbana embora majoritariamente rural, sofrendo ainda com a precariedade do investimento na educação. Aumenta assim a demanda de qualificação para o trabalho industrial e urbano, assim como para os que iriam para a lavoura. O trabalho no mundo rural, até então associado ao escravo, agora se tornaria uma tarefa de trabalhadores livres, os imigrantes. Imigrantes portugueses, italianos, espanhóis, alemães e japoneses foram os grupos mais numerosos, que, atraídos pela lavoura cafeeira do Sudeste, e pelas áreas de colonização do Sul do país, transformaram esse processo em possibilidade de reconstrução de suas vidas. São esses os pontos que justificaram as propostas de reforma na educação na Primeira República.

Até meados do século XIX o ensino da Filosofia nas províncias estava presente nos liceus e ginásios desde as primeiras décadas do século em diversas regiões como São Paulo, Ceará, Bahia, Pernambuco e outras. O conteúdo era majoritariamente baseado em compêndios escolásticos de orientação aristotélico-tomista, influência da educação jesuíta que esteve presente até 1759, após a expulsão destes temos uma crise no ensino de Filosofia no Brasil. O panorama filosófico dessa época envolve diversas correntes de pensamento que se debatiam entre as questões científicas, morais, políticas e estéticas advindas das filosofias de Hegel, Schopenhauer, Comte, Spencer, Bergson, entre outros, que estavam num impasse diante do cientificismo positivista, do evolucionismo e do espiritualismo metafísico.

Segundo Evaristo Moraes Filho,

Pode-se imaginar o nível e a qualidade de ensino filosófico que deveria ser dado nestes ginásios e liceus. O compêndio seguido era o clássico e sebento Genuense, aristotélico-tomista, contra o qual se rebelou Silvestre Ferreira. Por outro lado, já se antecipando a Tobias Barreto, escrevia Gonçalves Dias no seu célebre relatório de 1852: O grande inconveniente da nossa instrução secundária é de não se ocupar de outra coisa senão de preparar moços para a carreira médica ou jurídica. Os nossos liceus são escolas preparatórias das Academias e escolas más (Moraes Filho, 1959, p. 7-8).

No Império houve reformas educacionais que tiveram certo impacto no ensino de Filosofia. A reforma de Leôncio de Carvalho (1879), por exemplo, manteve a disciplina no Colégio Pedro II. No ano seguinte (1880), o filósofo sergipano Silvio Romero, um dos grandes pensadores da Escola do Recife, obteve a cátedra de Filosofia do Colégio Pedro II e propôs uma reforma à Congregação que não fora aprovada, segundo ele “por extensos e dificultosos”.

Em sua análise do ensino de Filosofia nos liceus e ginásios, *A Filosofia e o ensino secundário* (1883), Silvio Romero constata que:

O atual plano de estudo da Filosofia no Imperial Colégio de Pedro II, e em geral em todos os liceus e ginásios de nosso país, é radicalmente insustentável e ressentido-se dos seguintes defeitos, cada qual mais vultuoso: Consagra um enciclopedismo anacrônico, em perfeito desacordo com o atual estado da ciência e impossível de ser convenientemente executado. A sua disposição das diferentes disciplinas que são outras tantas ciências independentes, é atentatória da hierarquia das mesmas ciências. Exige o estudo de matérias que são verdadeiras monstruosidades científicas. É um perigo flagrante para a inteligência nacional (Romero, 1969, p. 675).

Em 1882, o jusfilósofo baiano Rui Barbosa propôs a transformação do ensino de Filosofia em estudo histórico de ideias, em sua proposta ele rejeita a doutrinação dogmática e defende a neutralidade do Estado em relação aos diferentes sistemas filosóficos e religiosos.

Por esta mesma época vinha de ser promulgada a reforma da instrução pública (ensino primário, secundário e superior, Reforma Leôncio de Carvalho), pelo decreto n.º 7.247, de 19 de abril de 1879, que manteve a cadeira de filosofia no Colégio Pedro II e a incluiu no currículo das escolas normais (Moraes Filho, 1959, p.10).

O pensamento positivista teve no Brasil uma considerável aceitação no período republicano, em especial por influência de Miguel Lemos e Teixeira Mendes que foram os principais responsáveis pela propaganda da nova concepção filosófica, além de terem dado origem a Igreja Positivista no Brasil, algo que nem mesmo na França, terra natal de Comte, aconteceu, o apostolado dos positivistas brasileiros foi realmente produtivo chegando a alcançar as elites responsáveis pelo ideal republicano. O ideal de “*ordem e progresso*” baseada numa ideologia positivista estava de acordo com os interesses dos republicanos em construir um estado laico e livre da influência da Igreja Católica, que durante muito foi a orientadora das consciências, desde a Colônia até o fim do Império.

Podemos citar como característica essencial do Positivismo, a qual interessava a elite brasileira, sua ideologia cientificista que desacreditava todos os conceitos metafísicos e postulava as ciências naturais empíricas como única forma válida e legítima de explicar o real e possibilitar o seu controle, nisto o Positivismo levava às últimas consequências o ideal prometeico de Francis Bacon, para quem “*saber é poder*”, e os princípios fundantes do Iluminismo inglês e francês.

Segundo Cambi (1999, p. 467):

O projeto pedagógico do positivismo estava voltado, em particular, para uma elaboração da pedagogia como ciência (ou “ciência da educação”), por um lado, e, por outro, para uma redefinição dos *currícula* formativos, colocando em seu centro a ciência, vista como o conhecimento típico e central do mundo moderno baseado na indústria e como um feixe de disciplinas altamente formativas, tanto no plano intelectual como no do caráter.

Esse ideal, moderno e iluminista, seria a base para pôr em “ordem” a confusão em relação aos saberes e possibilitar com essa ordem o “progresso” da sociedade. Isso também reforçava a crítica ao tradicionalismo católico que tanto atravancava o desenvolvimento do país com seu

conservadorismo, junte-se a isso a questão religiosa que surge no fim do século XIX através da oposição entre Igreja e Maçonaria (a chamada questão religiosa)¹, esta última com uma influência considerável na política brasileira desde os tempos do império e que tinha em seus fundamentos os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade preconizados pelos franceses na Revolução de 1789.

A educação no Brasil no final do século XIX sob o Positivismo, passa por uma série de mudanças devido as demandas já apontadas, assim foi proposta a Reforma educacional por Benjamin Constant² em 1890. Benjamin Constant (1833-1891) foi professor de matemática, fundador da República e o primeiro-ministro da Guerra do regime inaugurado em 15 de novembro de 1889. Em 19 de abril de 1890 foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos³, coube a ele chefiá-la, em seguida foi implementada a reforma a partir do Decreto nº. 981, de 8 de novembro de 1890, que transformou o Instituto Nacional de Instrução Secundária (Colégio Pedro II), em Ginásio Nacional, definido como modelo para as demais escolas secundárias. Republicano convicto, Benjamin Constant defendia o ensino leigo e livre em todos os graus, sendo o primário, gratuito.

Assim, o ensino primário foi concebido para não ser apenas um preparatório, mas uma ponte para se alcançar o ensino superior. Pelo projeto da reforma, deveria ser dada maior atenção ao ensino científico em contraponto à orientação literária, que, em sua avaliação, prevalecia na rede de ensino impedindo o avanço da educação no país. Vale lembrar que os estados brasileiros eram desiguais no que diz respeito ao nível educacional.

O currículo do ensino secundário no Ginásio Nacional, com duração de 7 anos, praticado em 1892 a partir do artigo 26 da Reforma Benjamin Constant implementou as disciplinas de “Português, Latim, Grego, Francês, Inglês, Alemão, Matemática, Astronomia Física, Química, História Natural, Biologia, Sociologia e Moral, Geografia, História Universal, História do Brasil, Literatura Nacional, Desenho, Ginástica, Evoluções militares, esgrima e Música”. A partir de 1892, as matérias de História Literária, Italiano, Retórica e Filosofia foram retiradas do currículo escolar do ensino secundário no Distrito Federal e também dos exames necessários para ingressar no ensino superior (Monteiro, 2024, p. 7).

A Reforma de Benjamin Constant suprime a Filosofia, causando um imenso prejuízo a continuidade da disciplina, embora como ressalta ainda Monteiro, mesmo com essas mudanças o ensino de Filosofia não foi completamente extinto, pois “em algumas regiões do país, especialmente em instituições ligadas à Igreja Católica, como seminários e colégios particulares, a disciplina continuou a ser ensinada, ainda que de forma adaptada” (Monteiro, 2024, p. 3).

A Reforma não abrangia todos os Estados, os quais deveriam fazer suas próprias adequações, como foi o caso de São Paulo, onde a Filosofia permaneceu:

A Reforma da Instrução Pública no Estado de São Paulo, instituída pela Lei nº. 88, de setembro de 1892, reorganizou o sistema de ensino e o dividiu em: primário, secundário e superior. O ensino secundário, com duração de 6 anos, ficou dividido em Literário e Científico. Os primeiros 4 anos do ensino secundário eram obrigatórios para todos os alunos e os 2 últimos divididos entre literário e científico. O currículo do curso literário incluía as disciplinas de Filosofia, Grego, Latim, Literatura Portuguesa, Francesa, Inglesa ou Alemã, História da Civilização. Desta forma, o ensino de Filosofia teve continuidade

¹ A questão religiosa foi um conflito no Brasil em 1870, iniciado em 3 de março de 1872 no enfrentamento entre a Igreja Católica e Maçonaria, tornando-se uma grave questão de Estado. Suas causas são fundadas em divergências irreconciliáveis entre ultramontanismo católico, liberalismo e o regime do padroado.

² Sobre a importância de Benjamin Constant para o Positivismo no início da República, conferir Lins (1964).

³ Os desafios da nova pasta eram promover a instrução e viabilizar a comunicação no recente território republicano.

durante a primeira república, dependendo das reformas educacionais estabelecidas nos diversos Estados (Monteiro, 2024, p. 8).

Em todo caso, o prejuízo para a educação pública já estava realizado. A exclusão de um componente que promove o pensamento livre e a reflexão crítica, como a Filosofia, pode ser compreensível em períodos de regimes autoritários e ditatoriais por razões óbvias (como foi a partir de 1964 na Ditadura Militar), mas se torna injustificável em momentos em que predomina a República e o regime democrático, como tem acontecido de forma constante na história da educação no Brasil,

Farias Brito e a defesa do ensino de Filosofia

O filósofo cearense Farias Brito teve uma carreira dedicada prioritariamente ao ensino, embora sua formação e atuação tenha sido eminentemente na área do Direito, formado pela Escola de Direito do Recife (1881-1884), cuja atuação se deu nos anos seguintes como promotor no Ceará e em Belém. Desde sua juventude, o filósofo são-benedicense demonstrou seu amor e dedicação ao magistério, o que é evidenciado por sua trajetória, pois ainda como estudante dava aulas aos colegas e, uma vez formado, priorizava o ensino à promotoria, como nos esclarece Filizola Neto (2008, p. 29 ss), tendo lecionado em diversas instituições (Liceu do Ceará, Faculdade de Direito do Ceará e do Pará, Colégio Pedro II no Rio de Janeiro) as disciplinas de Lógica, História e Filosofia.

Em relação à Filosofia, Farias Brito concebe-a de forma distinta dos Positivistas, cuja principal meta era a sistematização do pensamento cientificista e sua aplicação. Para nosso filósofo, a Filosofia é uma atividade permanente do espírito, uma "*philosophia perennis*"; ou seja, para ele, a Filosofia divide-se em pré-científica, enquanto busca da verdade do mundo natural, e pós-científica, ao estabelecer os princípios de orientação do agir na Moral e a Política no Direito.

Os principais temas tratados na obra de Farias Brito decorrem de sua experiência de vida diante do sofrimento causado pela seca e pela varíola que tantas mortes causaram no fim do século XIX no Ceará e em todo o Nordeste. Além disso, podemos destacar a experiência da morte que foi vivida de perto por ele e que o marcou profundamente, basta lembrar a morte de seu pai, de sua primeira mulher, de um filho e de um parente próximo.

No início de sua obra *Finalidade do Mundo* ele destaca essa questão da morte como ponto de partida de seu filosofar citando inclusive a afirmação socrática de que "*filosofar é aprender a morrer*", segundo o filósofo cearense: "Em nossas relações ordinárias, no exercício comum de nossa atividade, vivemos sempre como se nunca tivéssemos de morrer, consideramos as coisas como se nossa vida tivesse de ser eterna, mas nisso somos vítimas de uma ilusão permanente" (Brito, 1957, p. 31).

A experiência da morte tornou-se uma fonte de suas reflexões, na trilha de Schopenhauer, o filósofo do pessimismo, diríamos que para Farias Brito "a filosofia tem na morte sua musa", pois a condição humana reflete a miséria e a dor que tem seu fim nesta, é nela, pois que a vida encontra seu sentido. A morte é a experiência que põe o homem diante de seu limite último, que o leva a refletir sobre o sentido de sua vida, não é a toa que os filósofos existencialistas colocaram a morte com uma das características fundamentais da existência humana. Essa experiência é uma das mais radicais que o ser humano pode passar, a partir dela surge o espanto e a admiração, como diria Aristóteles, que nos levam a filosofar.

Segundo Farias Brito:

Quando se diz de um corpo que se move: - ele vive – logo se pode acrescentar: - morrerá. Morte – eis a verdade suprema. Morte – eis a palavra terrível com que facilmente se poderá abater o orgulho dos poderosos do mundo, indo tudo fatalmente terminar na lúgubre sentença: - vaidade das vaidades, tudo vaidade. *Omne vivum in pulverem* (Brito, 1957, p. 14).

Suas fontes teóricas vão desde Sócrates a Schopenhauer, que foram grandes pensadores que se dedicaram ao problema da morte. Também se destacam sua visão da Filosofia da Natureza, da Metafísica, da Moral, da Arte (em especial a Poesia), do Direito e da Religião. Dessa reflexão sobre a morte Farias Brito busca entender qual o sentido da vida e qual a finalidade do mundo. Para ele, a filosofia busca o bem, sua atividade produz a ciência, esta por sua vez busca a verdade, que nos permite uma visão do todo e nos orienta em nosso agir, e, por fim, a poesia visa o belo, alie-se a isso uma visão mística da realidade que o levou a sonhos, em que supostamente ele teria compreendido a natureza de Deus como luz.

É neste arcabouço teórico que está baseada a crítica de Farias Brito a concepção filosófica positivista e sua Reforma educacional que marginalizava e excluía a Filosofia da formação dos estudantes do ensino básico. Assim, uma das principais desvantagens da Reforma foi a de suprimir o ensino de Filosofia na educação básica, como ele constata decepcionado:

O que se quer, são obras que produzam resultado material; o que se exige, são trabalhos que resultem vantagens pecuniárias. E este modo de pensar, principalmente depois que começou a desenvolver-se no Rio, o Centro Positivista, tem se tornado tão geral que chegou a predominar nas classes diretoras da sociedade, influenciando mesmo sobre o governo. É assim que depois que foi proclamada a República, em consequência do movimento de 15 de novembro, o governo revolucionário que se estabeleceu em seguida, sob a direção do Marechal Deodoro da Fonseca, começou a sua obra de reconstrução suprimindo o ensino oficial da filosofia (Brito, 1957, p. 31).

A posição do nosso filósofo não é contrária a reforma do ensino em si, mas a maneira como os positivistas a conduziram e suas consequências nefastas ao ensino de Filosofia, uma disciplina imprescindível à formação da juventude. Essa reforma teve como resultado a absurda supressão desta, o que teve repercussão nos demais estados.

O exemplo do Centro produziu as suas consequências naturais, sendo que depois de pouco tempo havia sido suprimida como inútil, do Liceu ou estabelecimento correspondente, em todos os estados, a cadeira de filosofia. De modo que a República começou no Brasil declarando guerra de morte à filosofia. Verdade é que o que se ensinava como filosofia era uma coisa indigesta e absolutamente intragável, sendo de rigorosa necessidade uma reforma na organização do ensino, não somente da filosofia, mas de todas as outras matérias que constituem o objeto do curso secundário e superior no país. Mas a reforma a fazer-se, devia ser no sentido de melhorar, não de suprimir (Brito, 1957, p. 31).

No Brasil tem sido comum o experimentalismo das reformas educacionais e do ensino, que reformulam constantemente o currículo, especialmente inspiradas nas experiências de países economicamente mais desenvolvidos e considerados mais avançados científica e tecnologicamente, numa aposta em abordagens pedagógicas que aparecem como novidades atraíves às autoridades.

Esse foi o caso da reforma pensada pelos positivistas que aos poucos foi minando as bases humanistas, artísticas e filosóficas, em favor de um saber pragmático e utilitarista, cada vez mais afeito aos interesses das classes privilegiadas e o que ela considerava adequado à população em geral.

Tais reformas não são realizadas após um debate sério com a participação dos educadores, mas feitas a toque de caixa, como nos informa o filósofo cearense:

Não sucedeu assim: fez-se uma reforma que chamarei desesperada; organizou-se um programa palavroso e estéril, feito de todo nos moldes positivistas, absurdo em teoria, impraticável de fato, espécie de encadeamento de fórmulas aparatosas destinadas a enganar pela aparência exterior, de modo que a julgar por aquilo nada é mais triste do que a ideia que se deve fazer do estado de nossa civilização. E quanto à filosofia, identificada a retórica, foi suprimida como inútil (Brito, 1957, p. 31-32).

O Positivismo reduz a Filosofia a mero saber retórico sem fins práticos que deveria se submeter ao aval das ciências empíricas. Nada mais contrário à visão que o próprio Farias Brito tem da Filosofia e seu papel no âmbito do conhecimento e da experiência humana. A Filosofia, como sabemos, surge na antiguidade como uma forma de saber universal, que por meio da reflexão e da crítica seria capaz de compreender a totalidade do real. Segundo nosso filósofo, em sua definição primeira,

A Filosofia é a fonte comum onde encontram sua justificação os princípios fundamentais de todas as outras ciências, que nestas condições dependem dela. Ou mais precisamente ainda: a filosofia é o conhecimento universal. É assim que o verdadeiro caráter da filosofia em suas relações com as ciências só pode ser determinado por meio de imagens como estas: A filosofia é uma árvore; as ciências são ramos mais ou menos frondosos que brotam desta árvore, o fruto que ela produz. [...] Penso assim: a ciência é o conhecimento já feito, o conhecimento organizado e verificado; a filosofia é o conhecimento em vias de formação (Brito, 2012a, p.17).

Farias Brito rompe com a visão cientificista e reducionista do Positivismo, que é em seu fundamento oposta à Filosofia, pois, para ele, esta seria um saber universal que busca responder aos problemas fundamentais da existência humana, por isso muitos comentadores de sua obra consideram-no um dos precursores da fenomenologia e do existencialismo no Brasil, segundo Aquiles Cortes Guimaraes (1979).

Para o filósofo cearense, a Filosofia tem uma tarefa superior e não pode ser confundida, nem reduzida à mera constatação empírica dos fatos, ela é teoria (contemplação da verdade) e prática (orientadora de nossas ações). Neste sentido, há em Farias Brito uma revalorização da Metafísica a partir de uma perspectiva existencial e psicológica, pois como sabemos muitos fatos marcantes em sua vida (flagelo da seca, a peste de varíola, a morte de parentes) colaboraram para que ele se voltasse para estas questões.

A Filosofia diante das Reformas educacionais de ontem e de hoje

O século XX será marcado no Brasil pela alternância entre inclusão e exclusão da disciplina de Filosofia no ensino básico, em alguns momentos incluída em formato obrigatório e outras como opcional. Em 1901, a Reforma do ensino feita pelos Positivistas foi substituída por uma nova Reforma, o Código Eptácio Pessoa (1865-1942)⁴, então Ministro da Justiça e Negócios Interiores (que em 1892 passou a abranger educação e a saúde pública) no governo

⁴ Eptácio Lindolfo da Silva Pessoa (1865-1942) foi magistrado, diplomata, professor universitário, jurista e político brasileiro, filiado ao Partido Republicano Mineiro. Além de Ministro da Justiça no governo Campos Sales (1898-1902), foi eleito o 11º presidente do Brasil entre os anos de 1919 a 1922, tendo o seu governo marcado por revoltas militares que acabariam na Revolução de 1930, a qual levou Getúlio Vargas ao poder.

Campos Sales (1898-1902). Nesta nova reforma o ensino de Filosofia é retomado sob a forma do ensino de Lógica.

Já na segunda metade do século, ocorrerá um dos períodos mais turbulentos para a Filosofia, que se dá com o golpe Militar de 1964, quando a disciplina foi excluída do ensino básico e do superior por ser considerada subversiva, com a perseguição de professores e banimento de livros ligados ao pensamento marxista. Após a abertura política nas décadas de 80 e 90, a Filosofia volta a ser considerada necessária para a educação básica na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, por seu papel de formadora do pensamento crítico e da cidadania.

Por fim, na segunda década do século XXI, presenciamos novo ataque e a tentativa de excluir a Filosofia do currículo da educação básica, por parte de grupos reacionários, conservadores e extremistas de Direita, tendo seu auge com o governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), um ex-militar defensor das ideias de extrema-direita que considerava que se deveria extirpar a Filosofia e o “marxismo cultural”⁵ da educação, com ataques diretos ao filósofo e educador Paulo Freire em uma cruzada contra o livre pensamento e a liberdade de expressão e em nome de supostos “valores cristãos”.

Essa tentativa se deu através de sua política contra-educacional no interior do próprio Ministério da Educação (MEC) com ênfase do então ministro Abraham Weintraub, como o próprio presidente afirmou em uma postagem no tweeter de 26 abril 2019. “O Ministro da Educação @abrahamWeinT estuda descentralizar investimento em faculdades de filosofia e sociologia (humanas). Alunos já matriculados não serão afetados. O objetivo é focar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte, como: veterinária, engenharia e medicina”.

Essa política adotada pelo governo bolsonarista replica aquilo que fora o mote dos Positivistas do período inicial da República (que também tinham vínculo com o militarismo⁶), cuja meta era promover uma educação doutrinadora, meramente utilitária e voltada para o “mercado de trabalho” para a população em geral, desqualificando a formação superior e as ciências humanas, em especial a Filosofia.

Após essa declaração, conforme o Portal G1 em 06 de maio 2019, foi organizado um manifesto pela *Gender International*, uma aliança mundial de pesquisadores dos estudos de gênero e sexualidade, e divulgado pelo jornal francês *Le Monde*, com mais de mil nomes, incluindo pesquisadores brasileiros e estrangeiros, vinculados a centenas de universidades e instituições, representantes de universidades com prestígio mundial, como Harvard, Yale, MIT, Oxford, Cambridge, Sorbonne, Columbia e Berkeley. Professores e pesquisadores de universidades menos conhecidas e de países mais distantes também assinaram o documento. Além de Estados Unidos, Reino Unido e França estão Austrália, Hong Kong, Croácia, Argentina, Espanha, Alemanha, Dinamarca, Chile, Áustria, Finlândia, México, Itália e Canadá, entre outros⁷.

Após muitas lutas e manifestações, mesmo com a implementação do Novo Ensino Médio (ENEM) e da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) criadas no governo de Michel Temer (2016-2019), a comunidade filosófica se articula para retomar a obrigatoriedade do ensino de Filosofia, apesar da diluição da nova base curricular.

⁵ Ironicamente essa acusação foi popularizada nas redes sociais e no *Youtube* pelo guru da extrema direita brasileira, o ex-astrólogo free-lancer, autointitulado filósofo, Olavo de Carvalho (1947-2022), que alimentava o extremismo bolsonarista com negacionismo, teorias conspiratórias e uma retórica de combate ao que denominava “marxismo cultural”.

⁶ Vale fazer referência ao programa de Escolas “Cívico-militares” que foi imposta pelo governo Bolsonaro, como forma de manutenção do ideal militarista e sua doutrinação ideológica de cunho tecnicista, utilitário e de viés autoritário.

⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/06/mais-de-mil-pesquisadores-assinam-manifesto-contra-ideia-de-bolsonaro-de-tirar-verba-da-filosofia-e-da-sociologia.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2025.

Considerações finais

Falar novamente sobre Farias Brito no cenário filosófico atual é abrir horizontes de questionamento sobre o nosso lugar na história da Filosofia e sobre a autenticidade das ideias que nos formam, pois a Filosofia não é mera erudição, nem mesmo o acúmulo de conhecimentos sobre a história dela mesma em um sem-número de sistemas decorados, é antes produção intelectual inovadora que se enraíza na cultura autóctone e se eleva para além dela.

Destacamos em nosso artigo a ênfase dada pelo filósofo cearense na valorização e importância do ensino de Filosofia como uma disciplina obrigatória na educação básica, denunciando o descaso dos positivistas com o pensamento livre e crítico, pois priorizavam uma educação para o exercício de atividades técnicas e práticas, deixando o questionamento apenas às parcelas privilegiadas da população. Farias Brito se levanta contra essa proposta e critica a reforma educacional de Benjamin Constant, pondo em relevo a incoerência daqueles que em nome de uma certa filosofia cientificista (o Positivismo) desprezam a Filosofia.

O posicionamento de Farias Brito há mais de um século, nos alerta para estarmos atentos às propostas e reformas educacionais que em nome de “novas experiências”, alinhadas à certas posições políticas conservadoras e mesmo reacionárias tem menosprezado o lugar central da Filosofia como um saber fundamental que promove o pensamento rigoroso, autônomo e crítico. Para essas formas de pensamento político que flertam com posturas dogmáticas e autoritárias, a Filosofia representa uma ameaça, pois coloca em xeque e problematiza suas certezas supostamente absolutas, formando cidadãos críticos e conscientes, capazes de pensar de forma autônoma e livre de determinações extrínsecas.

Referências

- BRITO, F. *A base física do espírito*. Brasília: Edições Senado Federal, 2012.
- BRITO, F. *A Finalidade do Mundo*. Brasília: Edições Senado Federal, 2012a.
- BRITO, F. *A Finalidade do Mundo*. Vol. I (1895), Vol. II (1899) e Vol. III (1905). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957.
- BRITO, F. *A verdade como regra das ações*. Brasília: Edições Senado Federal, 2012.
- BRITO, F. *O mundo interior*. Brasília: Edições Senado Federal, 2012.
- BRITO, F. Trechos escolhidos. Rio de Janeiro: Agir, 1967.
- CAMBI, F. *História da Pedagogia*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
- CARVALHO, L. R. *A formação filosófica de Farias Brito*. São Paulo: Saraiva; Edusp, 1977.
- FILIZOLA NETO, J. *Farias Brito e a Filosofia como finalidade de vida*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2008.
- GOMES, R. *Crítica da Razão Tupiniquim*. São Paulo: FTD, 1994.
- GUIMARÃES, A. C. *Farias Brito e as origens do existencialismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.
- JAIME, J. *História da Filosofia no Brasil*. Vol. I. Petrópolis: Vozes; Salesianas, 1997.

- KLEIN, A. C. *Farias Brito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.
- LARA, T. A. *Caminhos da Razão no Ocidente, a filosofia ocidental do Renascimento aos nossos dias*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- LINS, I. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.
- MENEZES, D. *Evolucionismo e Positivismo na crítica de Farias Brito*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1972.
- MONTEIRO, A.; MONTEIRO, A. Educação e ensino de filosofia no Brasil: transformações entre 1889 e 1930. *Revista Tópicos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 14, p. 1-16, 2024.
- MORAES FILHO, E. *O ensino de filosofia no Brasil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura; Biblioteca Nacional, 1959.
- PAIM, A. *A Filosofia da Escola do Recife*. Rio de Janeiro: Saga, 1966.
- PAIM, A. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro; Convívio, 1979.
- PORTAL G1. Mais de mil pesquisadores assinam manifesto contra ideia de Bolsonaro de tirar verba da filosofia e da sociologia. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/06/mais-de-mil-pesquisadores-assinam-manifesto-contra-ideia-de-bolsonaro-de-tirar-verba-da-filosofia-e-da-sociologia.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2025.
- RABELLO, S. *Farias Brito ou uma aventura do espírito*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- ROMERO, S. *Obra filosófica*. Rio de Janeiro; São Paulo: José Olympio Editora; Editora da Universidade de São Paulo, 1969.

Sobre o autor

Francisco José da Silva

Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC, 2020). Atualmente é Vice-coordenador da Licenciatura em Filosofia, Pesquisador e Professor Adjunto do curso de Filosofia do Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Arte (IISCA) da Universidade Federal do Cariri (UFCA) e do Mestrado Profissional em Filosofia (PROF-FILO/UFCA), coordenador de subprojeto Pibid Filosofia (2020). Tem experiência em gestão, tendo sido Coordenador do curso de Filosofia UFCA (2013-2014), Coordenador do Núcleo de Línguas e Culturas Estrangeiras (2014-2015) e da Coordenadoria de Diversidade Cultural da Procult (2015-2016). Membro do Conselho editorial da Revista Araripe de Filosofia (UFCA). Membro da Comissão de Ética da UFCA. Membro da Sociedade Hegel Brasileira (SHB), da Associação Latinoamericana de Filosofia Intercultural (ALAFI), do GT de Filosofia Oriental da ANPOF e do LEPO (Laboratório de Estudos e Pesquisas Orientais) da UECE.

Recebido em: 01/05/2026
Aprovado em: 27/05/2026

Received in: 05/01/2026
Approved in: 05/27/2026